



JOEL DE MENEZES NIEBUHR

LICITAÇÃO PÚBLICA E CONTRATO ADMINISTRATIVO

4ª edição revista e ampliada

Belo Horizonte



2015



© Joel de Menezes Niebuhr
 2008 1ª edição Zênite
 2011 2ª edição Editora Fórum Ltda.
 2013 3ª edição Editora Fórum Ltda.
 © 2015 4ª edição Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Flávio Henrique Unes Pereira
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Floriane de Azevedo Marques Neto
Alexandre Coutinho Pagliarini	Gustavo Justino de Oliveira
André Ramos Tavares	Inês Virginia Prado Soares
Carlos Ayres Britto	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Mário da Silva Velloso	Juarez Freitas
Carmen Lúcia Antunes Rocha	Luciano Ferraz
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Lúcio Delfino
Clovis Beznos	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Cristiana Fortini	Márcio Cammarosano
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Marcos Ehrhardt Jr.
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Egon Bockmann Moreira	Ney José de Freitas
Emerson Gabardo	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Fabrcio Motta	Paulo Modesto
Fernando Rossi	Romeu Felipe Bacellar Filho
	Sérgio Guerra



Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
 Presidente e Editor

Supervisão editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
 Indexação: Maria Clarice Lima Batista – CRB-6ª 1326

Av. Afonso Pena, 2770 – 16º andar – Funcionários – CEP 30130-007
 Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

N6651 Niebuhr, Joel de Menezes

Licitação pública e contrato administrativo / Joel de Menezes Niebuhr. – 4. ed. rev. e ampl. – Belo Horizonte: Fórum, 2015.

1183 p.
 ISBN 978-85-450-0039-6

1. Licitação pública. 2. Contrato administrativo. 3. Direito administrativo. I. Título.

CDD: 342
 CDU: 351

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 1183 p. ISBN 978-85-450-0039-6

SUMÁRIO

PARTE I
LICITAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO 1

PERFIL JURÍDICO DA LICITAÇÃO PÚBLICA.....31

DOCTRINA

1	Conceito de licitação pública	31
2	A licitação pública como instrumento de política pública e o desenvolvimento nacional sustentável.....	35
3	Licitações e a pauta ambiental.....	42
4	Entidades obrigadas a realizar licitação pública	48
5	Princípios jurídicos da licitação pública	56
5.1	Princípio da isonomia.....	57
5.2	Princípio da eficiência	58
5.3	Princípio da legalidade.....	59
5.4	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	59
5.5	Princípio da moralidade.....	60
5.6	Princípio da publicidade.....	60
5.7	Princípio da competitividade.....	61
5.8	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.....	61
5.9	Princípio do julgamento objetivo	63
6	Legislação sobre licitação pública e contrato administrativo.....	64

JURISPRUDÊNCIA

1	Licitações sustentáveis	68
2	Obrigatoriedade de licitação pública para as empresas públicas e as sociedades de economia mista	70
3	Não obrigatoriedade de licitação pública para as empresas públicas e sociedades de economia mista em relação às atividades fim de natureza eminentemente econômica	71
4	A obrigação da Petrobras de obediência à Lei nº 8.666/93	73
5	Obrigatoriedade de licitação pública para as agências reguladoras	75
6	Obrigatoriedade de licitação pública para as organizações sociais	75
7	Obrigatoriedade de licitação pública para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI)	78
8	A obrigatoriedade de licitação pública para particulares que gerem recursos públicos por meio de convênio	79
9	A obrigatoriedade de licitação pública para os conselhos profissionais	80
10	A posição peculiar da Ordem dos Advogados do Brasil	80
11	Obrigatoriedade de licitação para o Sistema "S"	81
12	Norma geral.....	82
13	Competência de Estados e Municípios para legislar sobre licitação pública e contrato administrativo	84
14	Estados e municípios não agregam competência para criar hipóteses de dispensa de licitação.....	85
15	Princípio da isonomia.....	86
16	Princípio da isonomia e participação de cooperativas em licitação pública.....	88
17	Princípio da eficiência	88

18	Princípio da legalidade.....	90
19	Princípio da moralidade.....	90
20	Princípio da publicidade.....	92
21	Princípio da competitividade.....	94
22	Princípio da razoabilidade.....	96
23	Princípio da proporcionalidade.....	98
24	Princípio do julgamento objetivo.....	100
25	Princípio da impessoalidade.....	100

CAPÍTULO 2

CONTRATAÇÃO SEM LICITAÇÃO PÚBLICA.....	103
--	-----

DOCTRINA

1	Considerações gerais.....	103
2	Inexigibilidade de licitação pública.....	104
2.1	Exclusividade do fornecedor.....	105
2.2	Serviços técnicos profissionais especializados de natureza singular.....	109
2.3	Inexigibilidade para contratação de serviços jurídicos.....	112
2.4	Inexigibilidade para a contratação de serviços artísticos.....	118
2.5	Inexigibilidade em decorrência de credenciamento.....	119
3	Dispensa de licitação pública.....	121
3.1	Licitação dispensada.....	124
3.1.1	Licitação dispensada para a disposição de bens imóveis.....	124
3.1.2	Licitação dispensada para a alienação de bens móveis.....	130
3.2	Licitação dispensável.....	132
3.2.1	Dispensa em razão do valor do contrato.....	132
3.2.2	Dispensa em razão de situações contingenciais.....	134
3.2.2.1	Dispensa em razão de emergência ou calamidade pública.....	134
3.2.2.2	Dispensa provocada por guerra ou grave perturbação da ordem.....	138
3.2.2.3	Dispensa em razão de incorreções do mercado.....	139
3.2.2.4	Dispensa para compra emergencial de gêneros perecíveis.....	140
3.2.2.5	Dispensa para abastecimento de meios de deslocamento militar fora de sua sede.....	141
3.2.2.6	Dispensa para atender contingentes militares empregadas em operação de paz.....	141
3.2.3	Dispensa em razão de licitação fracassada ou de rescisão contratual.....	142
3.2.3.1	Licitação deserta ou fracassada.....	142
3.2.3.2	Dispensa em razão de preços manifestamente superiores aos praticados no mercado.....	144
3.2.3.3	Dispensa em razão da rescisão contratual.....	144
3.2.4	Dispensa em relação a contratos interadministrativos.....	146
3.2.5	Dispensa em razão do objeto.....	147
3.2.5.1	Segurança nacional.....	147
3.2.5.2	Compra e locação de imóvel.....	148
3.2.5.3	Aquisição ou restauração de obras de arte e de objetos históricos.....	150
3.2.5.4	Aquisição de componentes ou peças vinculadas à garantia técnica.....	150
3.2.5.5	Aquisição de bens padronizados pelas Forças Armadas.....	151
3.2.5.6	Aquisição de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica.....	152
3.2.5.7	Aquisição de energia elétrica e gás natural.....	152
3.2.5.8	Dispensa para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.....	153
3.2.5.9	Contratos de programa.....	154
3.2.5.10	Bens e serviços que envolvam alta tecnologia e defesa nacional.....	154
3.2.5.11	Dispensa para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural.....	155

3.2.5.12	Dispensa para contratação de projeto de inovação e pesquisa científica e tecnológica	156
3.2.6	Dispensa em razão de atributos pessoais do contratado	158
3.2.6.1	Instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional	158
3.2.6.2	Associações de portadores de deficiência física	160
3.2.6.3	Organizações sociais	160
3.2.6.4	Associação ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis	162
3.2.7	Dispensa em razão de acordo internacional.....	162
4	Procedimento para a formalização da contratação direta.....	163

JURISPRUDÊNCIA

1	Contratação direta é exceção.....	172
2	Caracterização simultânea de dispensa e de inexigibilidade.....	172
3	Inexigibilidade de licitação para patrocínio.....	173
4	As hipóteses de inexigibilidade são exemplificativas	173
5	A aplicação do inciso I do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/1993 para a contratação de serviços exclusivos.....	174
6	Caracterização da exclusividade do fornecedor.....	174
7	Comprovação da exclusividade do fornecedor.....	175
8	Serviço singular.....	176
9	Notória especialização	178
10	Contratação de advogados	178
11	Contratação de artista consagrado através de empresário exclusivo.....	181
12	Credenciamento.....	184
13	Dispensa de licitação pública para a doação em pagamento	186
14	Dispensa de licitação para doação	186
15	Dispensa de licitação pública para permuta.....	187
16	Dispensa de licitação pública para a investidura	188
17	Dispensa de licitação pública para a venda de imóveis:	189
18	Dispensa de licitação pública para a concessão de direito real de uso	189
19	Dispensa de licitação pública para a venda de ações e títulos.....	190
20	Dispensa de licitação pública para bens produzidos e comercializados por órgãos da Administração Pública	190
21	Dispensa de licitação pública em razão do valor do contrato	191
22	Caracterização da situação emergencial	193
23	A dispensa por emergência e a desídia dos agentes administrativos	193
24	Prorrogação dos contratos firmados com base na dispensa de licitação pública prevista no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93	196
25	O projeto básico é condição para a contratação do inciso IV do art. 24	198
26	Aplicação da dispensa de licitação pública prevista no inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/93 para as licitações desertas e fracassadas	199
27	Necessidade de repetição da licitação pública quando deserta ou fracassada antes de proceder à dispensa prevista no inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.....	200
28	Dispensa de licitação pública para a compra ou locação de imóvel	200
29	Locação sob medida (operação built to suit)	203
30	Justificativa do preço da compra ou aluguel do imóvel	203
31	Dispensa em razão da rescisão do contrato	204
32	Dispensa de licitação pública para a contratação de entidades sem fins lucrativos	206
33	Desenvolvimento institucional	207
34	A proibição de subcontratação diante da dispensa do inciso XIII do art. 24	209
35	Documentos de habilitação em contratação direta.....	210
36	Justificativa de preço nas hipóteses de contratação direta.....	211

CAPÍTULO 3

MODALIDADES DE LICITAÇÃO PÚBLICA 215

DOCTRINA

1	Panorama geral das modalidades de licitação.....	215
2	Aspectos controvertidos sobre o cabimento da modalidade pregão.....	218
2.1	Bem e serviço comum.....	218
2.2	A discricionariedade para a adoção do pregão.....	225
2.3	Preferência ao pregão eletrônico em detrimento do pregão presencial.....	228
2.4	Pregão para obras e serviços de engenharia.....	233
3	Aspectos controvertidos da modalidade convite.....	240
3.1	Inconstitucionalidade da modalidade convite.....	240
3.2	Condições para a participação no convite.....	242
3.3	Obrigatoriedade da renovação dos convidados.....	243
3.4	Número mínimo de licitantes na modalidade convite.....	244
4	Parcelamento da licitação.....	246
4.1	Parcelamento da licitação como meio para ampliar a competitividade.....	246
4.2	Parcelamento indevido da modalidade de licitação.....	247
4.3	Parcelas de natureza específica.....	254
4.4	Situações imprevisíveis.....	254
4.5	Não é necessário somar os valores pertinentes às licitações promovidas por órgãos ou entidades distintas.....	255
4.6	A modalidade pregão como solução para os problemas provocados pelo parcelamento indevido da licitação.....	256
5	Situações em que o valor obtido na licitação é superior ao valor limite da modalidade.....	257

JURISPRUDÊNCIA

1	Bem e serviço comum.....	258
2	A utilização do pregão para a contratação de obra e serviço de engenharia.....	260
3	Discricionariedade da utilização da modalidade pregão.....	263
4	Obrigatoriedade da utilização da modalidade pregão.....	264
5	Obrigatoriedade da utilização do pregão eletrônico.....	264
6	O tipo maior oferta em pregão.....	266
7	Maior desconto sobre determinada tabela como critério de julgamento na modalidade pregão.....	266
8	Empresas não cadastradas podem participar do convite.....	267
9	Empresas não convidadas podem participar do convite.....	267
10	A habilitação na modalidade convite.....	267
11	Obrigatoriedade de três licitantes na modalidade convite.....	268
12	Fracionamento indevido do objeto da licitação.....	269
13	Licitação de obras e equipamentos.....	271
14	Desnecessidade de somar valores de contratos firmados por órgãos e entidades desconcentrados ou descentralizados.....	271
15	Prorrogação de contrato de prestação de serviços contínuos e os limites às modalidades de licitação.....	272

CAPÍTULO 4

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E FASE INTERNA DA LICITAÇÃO

PÚBLICA..... 275

DOCTRINA

1	Considerações gerais.....	275
2	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório.....	275
3	Elaboração do instrumento convocatório: fase interna da licitação.....	276
3.1	A importância da elaboração do instrumento convocatório.....	276

3.2	Requisição e termo de referência	277
3.3	Abertura do processo de licitação e justificativa da autoridade competente sobre a necessidade da contratação	280
3.4	Descrição do objeto	280
3.4.1	Exigência de marcas.....	282
3.4.2	Previsão de quantitativos	283
3.4.3	Concentração ou parcelamento do objeto, adjudicação por itens, lotes ou pelo preço global	284
3.5	Projeto básico	288
3.6	Projeto executivo	290
3.7	Regime de execução	290
3.8	Orçamento estimado	294
3.8.1	Procedimento para realizar o orçamento estimado.....	296
3.8.2	Procedimento para realizar o orçamento estimado em obra e serviço de engenharia.....	299
3.8.3	Orçamento estimado como anexo obrigatório ao edital.....	300
3.9	Previsão de recursos orçamentários	304
3.10	Cumprimento dos incisos I e II do <i>caput</i> do art. 16 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).....	304
3.11	Cláusulas do instrumento convocatório.....	306
3.11.1	Definição dos requisitos de habilitação.....	306
3.11.2	Definição dos critérios de aceitabilidade das propostas	307
3.11.2.1	A confusão em relação ao preço estimado e ao preço máximo.....	309
3.11.3	Critérios de julgamento das propostas.....	311
3.11.4	Recursos.....	311
3.11.5	Sanções para o caso de inadimplemento	312
3.11.6	Condições contratuais.....	312
3.11.7	Acesso ao instrumento convocatório e seus anexos.....	312
3.11.8	Definição do prazo de validade das propostas.....	313
3.12	Minuta do futuro contrato.....	313
3.13	Aprovação jurídica	314
3.13.1	Responsabilidade dos advogados por seus pareceres e orientações.....	317
3.13.2	A responsabilidade dos agentes administrativos que decidem com base em pareceres jurídicos e o seu pretenso caráter opinativo.....	321
3.14	Assinatura do instrumento convocatório	324
4	O planejamento das licitações públicas de obras promovidas pelo Poder Judiciário, em conformidade com a Resolução nº 114/10, do Conselho Nacional de Justiça	325
5	Tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte.....	327
5.1	Licitação destinada exclusivamente às microempresas e às empresas de pequeno porte.....	330
5.2	Licitação com cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte.....	331
6	Margem de preferência para produtos nacionais.....	333
6.1	O uso da licitação pública para a promoção do desenvolvimento nacional	333
6.2	Discricionariedade para a aplicação da margem de preferência.....	334
6.3	A definição da margem de preferência	335
6.4	Crítérios para a definição da margem de preferência.....	336
6.5	Medidas de compensação.....	338
7	Publicidade do edital	339
7.1	Veículos de divulgação.....	339
7.2	Prazo de publicidade dos avisos de editais.....	342
8	Alterações no edital	343
9	Competências e responsabilidades dos agentes administrativos.....	344

9.1	Síntese comparativa entre a sistemática da Lei nº 8.666/93 e a da Lei nº 10.520/02 no que tange aos agentes administrativos participantes de licitação pública	344
9.2	As atribuições da autoridade competente	345
9.3	As atribuições da comissão de licitação e do pregoeiro	346
9.4	As atribuições da equipe de apoio	349
9.5	Responsabilidade da equipe de apoio	350

JURISPRUDÊNCIA

1	Princípio da vinculação ao edital	351
2	Termo de Referência	351
3	Especificação do objeto da licitação pública	352
4	Exigência de marca	353
5	Adjudicação por item, lote ou global	355
6	Definição dos quantitativos	357
7	Projeto básico	358
8	Anotação de Responsabilidade Técnica em relação ao projeto básico e ao orçamento estimado	359
9	Projeto básico é obrigatório para serviços e obras de pequena monta	359
10	Termo de Referência substitui o projeto básico em licitação realizada sob a modalidade pregão	360
11	Projeto executivo	360
12	Empreitada por preço global e unitário	362
13	Empreitada integral	365
14	Prazo de validade da proposta	366
15	Obrigatoriedade do orçamento estimado	366
16	Elaboração do orçamento estimado	367
17	Preço máximo	368
18	SINAPI e SICRO	370
19	Benefícios ou bonificações e despesas indiretas	370
20	Aprovação do edital pela assessoria jurídica	373
21	O caráter vinculante do parecer jurídico	373
22	Responsabilidade do advogado pelo parecer jurídico – Responsabilidade da autoridade que decide com base no parecer jurídico	375
23	Responsabilidade da Comissão Permanente de Licitação	378
24	Responsabilidade do pregoeiro por erro em edital	379
25	Responsabilidade da autoridade competente	379
26	Contratação de advogado para a defesa de dirigente e seguro de responsabilidade	381
27	A ausência de publicidade do edital	384
28	Alteração do edital	387
29	Prazo de publicidade de edital de pregão	388

CAPÍTULO 5

HABILITAÇÃO	391
--------------------------	-----

DOCTRINA

1	Conceito de habilitação	391
2	Princípio da competitividade	391
3	Sistemática de habilitação da Lei nº 8.666/93: quais documentos devem ser exigidos?	394
4	Sistemática de habilitação na modalidade pregão	397
5	Habilitação jurídica	399
6	Regularidade fiscal e trabalhista	401

6.1	Desvio de finalidade em relação às exigências de regularidade fiscal e trabalhista.....	401
6.2	Regularidade e quitação	401
6.3	Documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista	401
6.4	Sede ou domicílio do licitante.....	402
6.5	Pertinência das certidões de regularidade fiscal com o objeto da licitação	402
6.6	Certidões obtidas pela internet.....	404
6.7	Certidão de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal.....	405
6.8	A certidão negativa de débitos trabalhistas	405
6.9	A comprovação da regularidade fiscal pelas microempresas e empresas de pequeno porte.....	406
7	Qualificação técnica	409
7.1	Considerações gerais.....	409
7.2	Inscrição na entidade profissional competente	410
7.3	Comprovação de recebimento de todos os documentos e informações relativas à licitação e atestado de vistoria	413
7.4	Comprovação de disponibilidade de equipamentos, maquinários e instalações adequadas para a execução do contrato	415
7.5	Atestados de capacitação técnica	417
7.5.1	Atestados de capacitação técnica operacional e profissional	418
7.5.2	Comprovação da capacitação técnica operacional e profissional em obra e serviço de engenharia.....	418
7.5.3	Desnecessidade de que o profissional a que faz referência o atestado de capacidade técnica profissional faça parte do quadro permanente do licitante... ..	420
7.5.4	Substituição do profissional referido no atestado de capacitação técnica	423
7.5.5	Exigência de quantitativos mínimos.....	424
7.5.6	Somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado.....	429
7.5.7	Os atestados de capacitação técnica somente podem referir-se a parcelas relevantes e de valor significativo do objeto do contrato.....	431
7.5.8	Exigência de atestados com limitações de tempo e de localidades	431
7.6	Metodologia de execução	433
7.7	Outras exigências previstas em lei.....	433
8	Qualificação econômico-financeira	434
8.1	Considerações introdutórias e a nova percepção introduzida pelo Acórdão nº 1214/2013, do Plenário do Tribunal de Contas da União, e pela Instrução Normativa nº 02/08, da STLI/MPOG.	434
8.2	Balço patrimonial.....	435
8.2.1	Formalidades para a apresentação do balanço patrimonial	435
8.2.2	Possibilidade de apresentação de balanço intermediário	438
8.3	Índices contábeis	439
8.4	Capital social e patrimônio líquido mínimo.....	442
8.5	Relação de compromissos e comprovação de que um doze avos dos valores contratados com a Administração Pública ou com a iniciativa privada não é superior ao patrimônio líquido mínimo	443
8.6	Garantia.....	445
8.7	Certidão negativa de falência, de concordata e de execução patrimonial	446
9	Cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal	448
10	Habilitação de empresas em consórcio	449
10.1	Discricionariedade para permitir a participação de empresas em consórcio.....	449
10.2	Limitação da quantidade de integrantes do consórcio e do percentual de participação das empresas consorciadas.....	450
10.3	A constituição do consórcio e regras internas de funcionamento	451
10.3.1	Responsabilidade solidária	451
10.3.2	Liderança	454
10.4	A qualificação técnica do consórcio	455

10.5	Qualificação econômico-financeira do consórcio	457
10.6	A utilização pelas empresas consorciadas dos atestados emitidos em nome do consórcio	458
11	Questões procedimentais relacionadas à habilitação	459
11.1	O procedimento para a habilitação na Lei nº 8.666/93	459
11.2	O procedimento para a habilitação no pregão presencial	460
11.3	Procedimento para a habilitação no pregão eletrônico	461
11.4	Procedimento para a habilitação no pregão em que participa microempresa ou empresa de pequeno porte	463
11.5	Procedimento para habilitação em licitação de publicidade e sob o Regime Diferenciado de Contratações Públicas	464

JURISPRUDÊNCIA

1	Dispensa dos documentos previstos entre os artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666/93	465
2	Exigência de documentos não previstos nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666/93	465
3	Apresentação incompleta do contrato social e respectivas alterações	467
4	Compatibilidade do objeto da licitação com o objeto constante do contrato social	467
5	Regularidade fiscal	468
6	Comprovação da regularidade fiscal por microempresas e empresas de pequeno porte	468
7	Exigibilidade balanço patrimonial	468
8	Formalidades para a apresentação do balanço patrimonial	470
9	Apresentação de balanço patrimonial por microempresas, empresas de pequeno porte e pequenos empresários	471
10	Empresas constituídas no exercício	472
11	Índices contábeis	473
12	Exigência concomitante de garantia, capital social mínimo e patrimônio líquido mínimo	475
13	Capital social integralizado	476
14	Certidão negativa de recuperação judicial	477
15	Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da CF (trabalho de menores)	477
16	Inscrição na entidade profissional competente	477
17	Filiação a sindicato ou associação	478
18	Atestado de visita	479
19	Exigência de que a visita técnica seja realizada por profissional qualificado ou pelo responsável técnico da empresa	480
20	Data certa e prazo exíguo para a visita técnica	481
21	Exigência de propriedade de equipamentos e máquinas	482
22	Documento para a comprovação da disponibilidade	484
23	Exigência de usina de asfalto localizada a determinada distância da obra	485
24	Registro dos atestados na entidade profissional competente	486
25	A utilização de atestados emitidos em nome de empresas de um mesmo grupo econômico	487
26	Atestado de capacidade técnica operacional e profissional	488
27	Exigência de quantitativos mínimos para os atestados de capacidade técnica profissionais e operacionais	489
28	Somatória de quantitativos havidos em mais de um atestado	491
29	Exigência de mais de um atestado	493
30	Parcela de maior relevância e de valor significativo	494
31	Exigência de atestado de capacidade técnica com restrição de tempo ou de localidade	494
32	Quadro permanente	495

33	Declaração de cumprimento dos requisitos para habilitação	496
34	Possibilidade de participação de licitantes em consórcio	497
35	Número máximo de integrantes do consórcio	498
36	Estipulação de percentual mínimo de participação no consórcio	500
37	As exigências de qualificação técnica e econômico-financeira do consórcio	500
38	Responsabilidade solidária dos consorciados	503
39	A função da empresa líder do consórcio	505
40	A falência de um dos consorciados	505
41	Retirada de empresa do consórcio	505
42	A utilização de atestados relativos a atividades exercidas em consórcio	506

CAPÍTULO 6

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	509
--------------------------------	-----

DOCTRINA

1	Princípio do julgamento objetivo	509
2	Fase de julgamento das propostas nas modalidades tradicionais da Lei nº 8.666/93 e na modalidade pregão	509
3	Análise de aceitabilidade das propostas	510
3.1	Considerações gerais	510
3.2	Análise da aceitabilidade das propostas em relação ao objeto e às formalidades	511
3.2.1	Amostras dos produtos dos licitantes	511
3.2.2	Amostras na modalidade pregão	512
3.2.3	Momento devido para exigir as amostras nas modalidades da Lei nº 8.666/93 ...	514
3.2.4	Momento devido para exigir as amostras na modalidade pregão	515
3.3	Análise da aceitabilidade das propostas em relação ao preço	516
3.3.1	Desclassificação de propostas de valores excessivos	517
3.3.2	Negociação na modalidade pregão	518
3.3.3	Desclassificação de propostas inexequíveis	520
3.3.3.1	A importância de análise rigorosa da (in)exequibilidade das propostas	520
3.3.3.2	Dificuldades em desclassificar proposta inexequível na modalidade pregão	521
3.3.3.3	Critérios e procedimentos para a desclassificação de propostas inexequíveis	522
3.3.3.4	Desclassificação de proposta inexequível em licitação destinada à obra e serviço de engenharia julgada pelo menor preço	523
3.3.3.5	O cálculo prescrito no §1º do art. 48 da Lei nº 8.666/93 não se aplica à modalidade pregão	526
3.3.3.6	O cálculo prescrito no §1º do art. 48 da Lei nº 8.666/93 pode ser utilizado como subsídio para identificar proposta inexequível em licitações que não tenham por objeto obra e serviço de engenharia	528
3.3.3.7	Desclassificação de proposta em razão da inexequibilidade ou da excessividade de preço unitário	529
3.4	Consequências da desclassificação da proposta	532
3.4.1	Consequência da desclassificação de todas as propostas	532
4	Tipos de licitação	534
4.1	Considerações gerais	534
4.2	Tipo menor preço	534
4.3	Maior lance ou oferta	535
4.4	Melhor técnica	535
4.5	Técnica e preço	537
4.6	Critérios para o estabelecimento das notas técnicas	539
4.7	Cabimento dos tipos de licitação	540
4.7.1	Serviços de natureza predominantemente intelectual	540
4.7.2	Bens e serviços de informática	541
4.7.3	Contratos de grande vulto dependentes de tecnologia nitidamente sofisticada e de domínio restrito	545

4.7.4	Critério de julgamento na modalidade pregão	546
4.7.4.1	Pregão julgado pelo maior lance ou oferta. Pregão negativo.....	547
5	Especificidades do julgamento na modalidade pregão	548
5.1	Etapa de lances do pregão eletrônico	551
5.2	Utilização de softwares de envio automático de lances (robôs)	554
6	Direito de preferência às microempresas e às empresas de pequeno porte em licitação pública.....	557
6.1	O direito de preferência não se aplica em relação às licitações do tipo melhor técnica	558
6.2	Procedimento para o direito de preferência nas licitações do tipo menor preço promovidas de acordo com a Lei nº 8.666/93	559
6.3	Procedimento para o direito de preferência nas licitações do tipo técnica e preço promovidas de acordo com a Lei nº 8.666/93	560
6.4	Procedimento para o direito de preferência em pregão.....	561
7	Aplicação da margem de preferência.....	562
8	Direito de preferência em licitações de bens e serviços de informática	565
9	Julgamento de licitações públicas de publicidade.....	570
10	Desempate.....	575

JURISPRUDÊNCIA

1	Análise da aceitabilidade das propostas em pregão.....	577
2	Aceitabilidade de propostas	578
3	Momento para exigir a apresentação de amostras	579
4	Requisitos para a exigência de amostras.....	579
5	Preço excessivo, preço superfaturado e sobrepreço	580
6	Proposta inexequível.....	581
7	A proposta inexequível não pode ser presumida.....	581
8	O cálculo do §1º do art. 48 gera presunção relativa	583
9	Possibilidade de utilização do cálculo previsto no §1º do art. 48 da Lei nº 8.666/93 para licitações cujos objetos não sejam qualificados como obras ou serviços de engenharia.....	584
10	Correção das propostas – §3º do art. 48 da Lei nº 8.666/93	585
11	Análise da aceitabilidade da proposta diante de preço unitário e global	585
12	Cabimento dos tipos melhor técnica ou técnica e preço em relação a bens e serviços de informática	587
13	Cabimento dos tipos melhor técnica ou técnica e preço em relação a serviços de natureza predominantemente intelectual	588
14	Cabimento do tipo técnica e preço em contratações de grande vulto	589
15	Princípio do julgamento objetivo e o julgamento das propostas técnicas.....	590
16	Pontuação técnica baseada no faturamento das licitantes.....	593
17	Nota técnica.....	594
18	Ponderação da proposta técnica e de preço	594
19	Pontuação técnica progressiva ao número de atestados técnicos	596
20	Pontuação técnica pelo tempo de existência na prestação de serviços na área de informática não é legítima	596
21	Obrigatoriedade de motivar as notas técnicas	597
22	Pontuação técnica com base em Certificado ISO 9000 e outros correlatos	597
23	Valorização da experiência na área específica objeto da licitação	599
24	Não se pode atribuir maior pontuação para comprovação de serviços prestados de forma ininterrupta	599
25	Os lances não devem ser necessariamente decrescentes.....	600
26	Quem participa da etapa de lances.....	600
27	Negociação	602
28	Dúvidas sobre a qualificação de microempresa e empresa de pequeno porte	603

29	Direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte e para os fornecedores de bens e serviços com tecnologia nacional.....	604
30	Privilégios das microempresas e empresas de pequeno porte não dependem de previsão em edital.....	605
31	Margem de preferência para produtos nacionais.....	605
32	Crerícios de desempate.....	606

CAPÍTULO 7

ASPECTOS PROCEDIMENTAIS DESTACADOS.....	607
---	-----

DOCTRINA

1	Considerações gerais.....	607
2	Síntese comparativa entre o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e o procedimento da modalidade pregão.....	607
3	Excesso de formalismo.....	611
4	Diligência.....	616
5	Impugnação ao instrumento convocatório.....	618
5.1	Considerações gerais.....	618
5.2	Contestação judicial do instrumento convocatório por licitante ou interessado que não o impugnou a tempo.....	619
5.3	Impugnação de edital na modalidade pregão.....	620
6	Recursos administrativos.....	622
6.1	Recursos administrativos na Lei nº 8.666/93.....	622
6.2	Recursos na modalidade pregão.....	623
6.3	Síntese comparativa entre a sistemática recursal das leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02.....	625
7	Adjudicação e homologação.....	626
7.1	Ordem entre adjudicação e homologação.....	626
7.2	O que são a adjudicação e a homologação.....	627
7.3	A anulação ou revogação promovida pela autoridade competente na fase de homologação implica dever de indenização.....	628

JURISPRUDÊNCIA

1	Excesso de formalismo.....	630
2	Erro no preenchimento da planilha de preços pelo licitante.....	634
3	Diligência.....	636
4	Impugnação ao edital – Licitante e não licitante.....	637
5	Autoridade responsável pela resposta à impugnação ao edital.....	639
6	A perda do direito de discutir o edital judicialmente em face da ausência de impugnação administrativa.....	639
7	Comunicação aos licitantes dos atos da comissão de licitação ou do pregoeiro..	642
8	Prazo para a manifestação da intenção de recurso em pregão.....	644
9	Juízo de admissibilidade recursal.....	644
10	Encaminhamento do recurso à autoridade competente no caso de retratação da Comissão de Licitação ou do pregoeiro.....	645
11	Efeitos da ausência de manifestação de interesse de recorrer em pregão.....	646
12	Os motivos apresentados na sessão do pregão para o recurso vinculam.....	647
13	Momento da interposição de recurso em pregão.....	648
14	Revogação da licitação pública.....	649
15	Pleito de indenização em razão da revogação ou da anulação da licitação pública.....	650
16	O contraditório e a ampla defesa para o desfazimento da licitação pública.....	651
17	A ordem entre a adjudicação e a homologação.....	653
18	Autoridade administrativa responsável pela adjudicação e homologação.....	653

CAPÍTULO 8

REGISTRO DE PREÇOS 657

DOCTRINA

1	Considerações gerais.....	657
2	A Administração não é obrigada a firmar os contratos decorrentes da ata de registro de preços.....	659
3	Legislação sobre registro de preços.....	662
4	Cabimento do registro de preços.....	664
4.1	Registro de preços para serviços, inclusive contínuos.....	664
4.2	Registro de preços para obras e serviços de engenharia.....	667
4.3	A obrigatoriedade de justificativa para a adoção de registro de preços e as hipóteses do artigo 3º do Decreto Federal nº 7.892/13.....	671
5	Licitação para promover registro de preços.....	673
5.1	Desnecessidade de reserva orçamentária para lançar licitação de registro de preços.....	674
5.2	Intenção de Registro de Preços: registro de preços compartilhado por mais de um órgão ou entidade administrativa.....	676
5.2.1	Desnecessidade de aprovação da minuta do edital pela assessoria jurídica do órgão participante.....	679
5.3	Participação de órgãos de entes federativos diferentes.....	681
5.4	Compra Nacional.....	681
6	Ata de registro de preços.....	682
7	Aprovação da ata de registro de preços pela assessoria jurídica.....	683
8	Cadastro de reserva.....	684
9	Publicação do extrato da ata de registro de preços na imprensa oficial.....	685
10	Prazo de vigência e prorrogação da ata de registro de preços.....	686
11	Alteração da ata de registro de preços.....	687
12	Revisão dos preços registrados em ata.....	689
13	Reajuste e repactuação dos preços registrados em ata.....	694
14	Cancelamento dos preços registrados.....	696
15	Adesão à ata de registro de preços.....	697
15.1	Limites e Procedimento para adesão à ata de registro de preços.....	701
15.2	Adesão à ata de registro de preços de entidades de esferas federativas distintas.....	707
15.3	Adesão à ata de registro de preços com o mesmo objeto de ata de registro de preços mantida pelo órgão ou pela entidade.....	709
15.4	Adesão à mesma ata de registro de preços em mais de uma oportunidade pelo mesmo órgão.....	709
15.5	Não é permitido, aos órgãos gerenciador e participantes, aderirem à ata de registro de preços.....	709
15.6	Aditivos à ata de registro de preços aderida.....	710
18	Remanejamento de quantitativos registrados em ata.....	711
19	Contrato decorrente de ata de registro de preços.....	712
20	Duração dos contratos de prestação de serviços contínuos decorrentes de ata de registro de preços.....	713

JURISPRUDÊNCIA

1	Previsão de quantitativos no edital.....	715
2	Não obrigatoriedade da contratação.....	716
3	Decreto regulamentar.....	716
4	Utilização e motivação do registro de preços.....	717
5	Registro de preços para obras e serviços de engenharia.....	718
6	Reserva orçamentária para licitação de registro de preços.....	721
7	A prorrogação da ata de registro de preços.....	722
8	Prorrogação do contrato decorrente da ata de registro de preços.....	723

9	Acréscimos à ata de registro de preços.....	724
10	Revisão da ata de registro de preços.....	724
11	Adesão à ata de registro de preços (carona).....	725
12	Formalidades para a adesão à ata de registro de preços.....	732
13	Adesão e participação em ata de registro de preços entre órgão de entes federativos diferentes	733
14	Compra Nacional	734

CAPÍTULO 9

REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.....	737
---	-----

DOCTRINA

1	Incidência do RDC.....	737
2	A utilização do RDC é discricionária e ele convive em paralelo ao regime tradicional baseado na Lei nº 8.666/93.....	739
3	Regimes de execução indireta.....	740
4	Contratação integrada.....	740
4.1	Considerações preliminares e argumento crítico.....	740
4.2	Requisitos para a utilização da contratação integrada.....	742
4.2.1	Anteprojeto	744
4.2.2	Orçamento sintético ou com metodologia expedita ou paramétrica	746
5	Termo aditivo em contratação integrada	746
6	Orçamento.....	748
7	Sigilo do orçamento.....	749
8	Aquisição de bens – Preocupações com a qualidade.....	750
9	Remuneração variável.....	753
10	Contratação simultânea.....	754
11	O RDC é uma nova modalidade de licitação – A semelhança com o pregão	754
12	Inversão das fases tal qual tradicionalmente dispostas na Lei nº 8.666/93	755
13	Publicidade do edital e impugnações.....	756
14	Critérios de julgamento	757
14.1	Menor preço	757
14.1.1	Custos indiretos.....	757
14.2	Julgamento por técnica e preço.....	760
14.3	Melhor técnica ou melhor conteúdo artístico	761
14.4	Contratos de eficiência e julgamento pelo maior retorno econômico.....	761
15	Modo de disputa fechado e aberto.....	762
16	Análise da aceitabilidade das propostas.....	763
17	Desempate.....	767
18	Negociação.....	769
19	Habilitação.....	769
20	Recurso.....	771
21	Encerramento da licitação.....	774
22	Dos procedimentos auxiliares das licitações no âmbito do regime diferenciado ..	775
23	Impedimentos para participar da licitação.....	777

JURISPRUDÊNCIA	780
----------------------	-----

PARTE II

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CAPÍTULO 10

O PERFIL JURÍDICO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	789
--	-----

DOCTRINA

1	Conceito de contrato administrativo.....	789
---	--	-----

2	A verdadeira dimensão das prerrogativas protetoras do interesse público	793
3	Contratos regidos predominantemente por normas de direito privado	796

JURISPRUDÊNCIA

1	Contratos firmados pela Administração Pública e regidos predominantemente por normas de direito privado	799
2	Possibilidade de arbitragem em contratos administrativos	800

CAPÍTULO 11

CONTEÚDO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	803
---	-----

DOCTRINA

1	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	803
2	Contratação em condições diversas das previstas no instrumento convocatório...	804
3	Elementos que admitem contratação em condições diversas das obtidas na licitação	806
4	Contradição involuntária entre o instrumento convocatório e o contrato.....	807
5	Cláusulas contratuais necessárias.....	808
6	O conteúdo dos contratos administrativos nas situações em que a Lei nº 8.666/93 dispensa o termo de contrato	810
7	Garantia contratual.....	812
7.1	Espécies de garantia	812
7.2	Garantia contratual básica.....	813
7.2.1	Da conveniência em exigir garantia contratual básica.....	813
7.2.2	Das modalidades de garantia contratual básica.....	814
7.2.3	Limite à garantia contratual básica	815
7.2.4	O valor da garantia nas hipóteses em que o contratado é depositário de bens da Administração	816
7.2.5	Restituição da garantia contratual básica	816
7.3	Garantia adicional.....	818
7.3.1	Considerações gerais.....	818
7.3.2	O valor da garantia adicional.....	818
7.3.3	Inconstitucionalidade da garantia adicional.....	819

JURISPRUDÊNCIA

1	Contratação em condições diversas das previstas no edital	821
2	Garantia contratual.....	821
3	Modalidades de garantia	822
4	Garantia adicional.....	823

CAPÍTULO 12

FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	827
---	-----

DOCTRINA

1	A decisão de formalizar o contrato	827
2	A convocação para contratar e os efeitos da recusa do adjudicatário.....	829
3	A lavra do contrato	832
4	Contrato escrito e contrato verbal	833
5	Instrumento de contrato e outros instrumentos congêneres	834
6	Publicidade do extrato do contrato como requisito de vigência	835
7	Prazo para a publicidade do extrato do contrato.....	836
8	Efeito da não publicação do extrato de contrato no prazo determinado pela lei...837	
9	A obrigatoriedade da publicação do extrato do contrato mesmo nas situações em que não há instrumento de contrato	838
10	Casos em que não é obrigatório publicar o extrato do contrato.....	840

JURISPRUDÊNCIA

1	Os direitos do vencedor da licitação pública	842
2	Recusa do vencedor da licitação pública em assinar o contrato	843
3	Convocação dos demais licitantes na ordem de classificação	844
4	Contrato administrativo verbal	845
5	Substituição do instrumento de contrato por outros equivalentes	847
6	Ausência de publicação do extrato do contrato	848

CAPÍTULO 13

DURAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	851
--	-----

DOCTRINA

1	Validade, vigência e eficácia dos contratos administrativos	851
2	Prazo de vigência e prazo de execução	852
3	Contrato por prazo certo e contrato por escopo	853
4	A regra sobre a duração dos contratos administrativos. Vigência do crédito orçamentário	853
4.1	O prazo de duração referido no <i>caput</i> do art. 57 da Lei nº 8.666/93 deve ser interpretado como prazo de execução	855
5	Primeira exceção: contratos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no plano plurianual	856
6	Segunda exceção: contratos de prestação de serviços contínuos	857
6.1	Conceito de serviços contínuos	857
6.2	Prorrogação dos contratos de prestação de serviços contínuos	858
6.3	A prorrogação dos contratos de prestação de serviços contínuos somente se justifica sob condições vantajosas para o interesse público	861
6.4	A prorrogação é ato discricionário e bilateral	863
6.5	A prorrogação dos contratos de prestação de serviços contínuos não precisa estar prevista no edital e/ou contrato	863
7	Terceira exceção: aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática	864
8	Quarta exceção: hipóteses de dispensa de licitação pública previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24 da Lei nº 8.666/93	865
9	Prorrogação de contratos em vista de fatos ocorridos independentemente da vontade ou da culpa do contratado	866
10	Formalização da prorrogação	867
11	Assinatura de termo aditivo de prorrogação após o término do prazo de vigência	868
12	Proibição de contrato administrativo com prazo de vigência indeterminado	870
13	Duração dos contratos regidos predominantemente pelo direito privado	871

JURISPRUDÊNCIA

1	Prazo de execução e prazo de vigência	873
2	Contrato <i>por escopo</i> e contrato <i>por prazo</i>	874
3	Limites à duração dos contratos administrativos	876
4	Contratos de prestação de serviços contínuos	878
5	Ausência de previsão no edital e no contrato acerca da prorrogação	882
6	A prorrogação é ato bilateral	884
7	A comprovação da vantajosidade	885
8	Prorrogação do prazo de execução	886
9	Formalização da prorrogação posteriormente ao término da vigência	887
10	Não publicação do termo aditivo na imprensa oficial	888
11	Prorrogação do contrato e limite de valor da modalidade de licitação pública utilizada	889
12	Alteração e prorrogação de contrato de supervisão de obras	890

CAPÍTULO 14

EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO891

DOCTRINA

1	Considerações gerais.....	891
2	O dever da administração de acompanhar e fiscalizar a execução dos seus contratos	892
3	O gestor e o fiscal do contrato administrativo	893
4	Atuação e responsabilidade do fiscal	894
5	A proibição de recusa à designação para atuar na fiscalização de contrato.....	897
6	Desvio de função em relação à fiscalização dos contratos administrativos	899
7	Contratação de terceiro para auxiliar o fiscal do contrato.....	900
8	O preposto do contratado	901
9	Subcontratação e cessão do objeto	902
9.1	A subcontratação e a cessão não devem abranger as parcelas de maior relevância e de valor significativo do contrato	905
9.2	Subcontratação compulsória de microempresa e empresa de pequeno porte	906
10	Recebimento.....	909
10.1	Procedimento para o recebimento provisório e definitivo.....	911
11	Pagamento	912
12	O desencontro do legislador no que tange às normas para o recebimento do objeto e para o pagamento	914
13	A situação de irregularidade fiscal ou previdenciária não autoriza a retenção do pagamento devido pelos serviços executados.....	915
14	O registro no CADIN não impede a contratação e não autoriza a retenção do pagamento devido pelos serviços executados.....	918
15	O pagamento não é devido se o contratado descumpre suas obrigações trabalhistas e previdenciárias em relação aos empregados que ficam dedicados exclusivamente à Administração	920
16	Execução de contrato nulo e o dever da administração de pagar	923
17	Da ausência de instrumentos efetivos para que os contratados exijam que a administração realize os pagamentos devidos.....	925
18	Os pagamentos devem ser realizados de acordo com a ordem cronológica de exigibilidade das faturas	927
19	O direito subjetivo dos contratos de exigir que os pagamentos sejam realizados de acordo com a ordem cronológica de exigibilidade das faturas	929

JURISPRUDÊNCIA

1	Fiscal do contrato	934
2	Responsabilidade do fiscal do contrato quando empresa é contratada para atuar na fiscalização	938
3	A responsabilização da Administração pelos encargos trabalhistas e previdenciários devidos pelo contratado.....	939
4	Ausência de designação do fiscal	941
5	Subcontratação.....	942
6	Recebimento provisório e definitivo.....	946
7	Prazo para a Administração realizar o pagamento ao contratado.....	946
8	Inadimplemento da Administração	947
9	Pagamento de acordo com a ordem cronológica de apresentação das faturas....	949
10	Retenção de pagamento	952
11	Pagamento por próstimos decorrentes de contrato ilegal.....	955

CAPÍTULO 15

ALTERAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO957

DOCTRINA

1	Considerações gerais – Alteração contratual unilateral como expressão da supremacia do interesse público.....	957
2	Alteração contratual e moralidade administrativa.....	958
3	Alteração contratual é exceção.....	958
4	Alterações contratuais provocadas por fatos novos e imprevisíveis e para corrigir defeitos do projeto básico ou documento equivalente.....	959
5	Princípio da identidade do objeto.....	960
6	Alterações quantitativas e qualitativas.....	960
7	Limites às alterações unilaterais quantitativas.....	963
8	Limites às alterações consensuais quantitativas.....	965
9	Limites às alterações qualitativas.....	966
10	Proibição de compensação entre acréscimos e supressões.....	972
14.11	Alterações contratuais provocadas por equivocado dimensionamento de quantitativos em regime de empreitada por preço global.....	974
12	As prescrições do Decreto Federal nº 7.983/10.....	978
13	Manutenção do desconto sobre o preço total obtido em comparação com as tabelas SINAPI e SICRO.....	981
14	Limites às alterações contratuais em contratos cujos quantitativos e os valores são meramente estimados.....	983
15	A prorrogação de contratos de serviços contínuos e os limites de alteração do objeto.....	984
16	Os limites às alterações devem ser calculados de acordo com o parâmetro de julgamento.....	985
17	Alteração contratual que excede o valor limite da respectiva modalidade de licitação pública.....	986
18	Alteração contratual e direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato ...	989
19	Indenização em caso de supressão do objeto.....	989
20	Formalização da alteração contratual.....	991
21	Antecipação dos efeitos da alteração contratual.....	991
21.1	Considerações introdutórias.....	991
21.2	Antecipação dos efeitos da alteração contratual.....	992
21.3	Formalização da antecipação dos efeitos da alteração contratual.....	999
21.4	A antecipação dos efeitos da alteração contratual e os direitos patrimoniais do contratado.....	1000

JURISPRUDÊNCIA

1	A alteração contratual não pode afetar a identidade do objeto.....	1003
2	Limites para as alterações qualitativas.....	1003
3	Base de cálculo para os limites de alteração contratual.....	1007
4	Compensação entre supressão e acréscimo.....	1008
5	Cálculo dos limites às alterações quando os quantitativos contratados são estimados.....	1011
6	Alteração contratual por equívoco na definição dos quantitativos em empreitada por preço global.....	1012
7	Limites às alterações em contratos de prestação de serviços contínuos.....	1014
8	Jogo de planilhas.....	1015
9	Manutenção do desconto sobre o valor global.....	1017
10	Alteração contratual que ultrapassa o limite da modalidade de licitação utilizada.....	1017

CAPÍTULO 16

EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

ADMINISTRATIVO.....1019

DOCTRINA

1	Considerações gerais.....	1019
1.1	Direito ao equilíbrio econômico-financeiro	1019
1.2	Previsão constitucional do direito ao equilíbrio econômico-financeiro.....	1020
1.3	O direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato é de todas as partes contratantes.....	1020
1.4	Instrumentos para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro	1021
2	Reajuste	1021
2.1	Conceito de reajuste	1021
2.2	A Administração deve dispor de critério de reajuste no edital de licitação pública.....	1022
2.3	Ausência de previsão de reajuste no edital e no contrato	1022
2.4	Periodicidade mínima	1026
2.5	Reajuste deve ser concedido de ofício.....	1029
2.6	Pagamento do reajuste retroativo caso a administração o reconheça posteriormente	1030
2.7	Reajuste anterior à assinatura do contrato	1031
2.8	Forma de reajustamento	1033
3	Revisão.....	1034
3.1	Conceito de revisão.....	1034
3.2	Revisão não depende de autorização em edital ou em contrato.....	1034
3.3	Não há periodicidade mínima para a revisão	1034
3.4	Pressupostos para a revisão do contrato.....	1035
3.4.1	Considerações gerais.....	1035
3.4.2	Majoração dos encargos do contratado em decorrência de ato ou fato da Administração contratante	1035
3.4.3	Teoria da imprevisão	1036
3.4.3.1	Fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior e fato do príncipe.	1037
3.4.3.2	Álea econômica extraordinária e extracontratual.....	1038
3.5	Efeitos do reconhecimento do direito à revisão e possibilidade de concessão de ofício.....	1039
3.6	Revisão anterior à assinatura do contrato.....	1041
3.7	Procedimento para a revisão.....	1042
3.8	A apuração do novo preço do contrato decorrente da revisão	1043
4	Repactuação	1044
4.1	Conceito de repactuação	1044
4.2	A repactuação como espécie de reajuste	1048
4.3	Pessoas que se sujeitam ao Decreto Federal nº 2.271/97 e à Instrução Normativa nº 2/08	1049
4.4	Demonstração analítica de aumento dos custos	1051
4.5	Repactuação em relação aos custos decorrentes da mão de obra e dos demais insumos	1052
4.6	Repactuação em contratos que envolvem mais de uma categoria profissional... ..	1053
5	O fim da vigência contratual ou a celebração do termo aditivo de prorrogação não importam preclusão do direito à repactuação, ao reajuste ou à revisão	1054

JURISPRUDÊNCIA

1	Ausência de previsão em edital ou em contrato de reajuste	1058
2	Discrecionariiedade para eleger o índice ou critério para o reajuste	1060
3	Periodicidade mínima para o reajuste	1060

4	Reajuste devido antes da assinatura do contrato	1063
5	Inaplicabilidade dos limites previstos no art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93 aos reajustes	1063
6	Cabimento da Revisão	1064
7	Periodicidade para a revisão contratual	1068
8	Álea econômica extraordinária	1069
9	Momento a partir do qual é devido o pagamento da revisão	1070
10	Preclusão do direito à Revisão	1070
11	Repactuação	1071
12	Preclusão do direito à repactuação	1073

CAPÍTULO 17

RESCISÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	1075
--	------

DOCTRINA

1	Extinção do contrato administrativo	1075
2	Espécies de rescisão de contrato administrativo	1075
3	Hipóteses de rescisão administrativa	1077
3.1	Descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais	1077
3.2	Lentidão na execução do contrato ou no início de sua execução	1077
3.3	Paralisação da execução do contrato	1078
3.4	Violação ao caráter personalíssimo do contrato	1078
3.5	Faltas reiteradas e desatendimento de determinações da Administração	1081
3.6	Falência e insolvência civil	1082
3.7	Dissolução da sociedade ou falecimento do contratado	1083
3.8	Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa contratada	1083
3.9	Interesse público	1084
3.10	Caso fortuito e força maior	1084
3.11	Descumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal	1085
4	Processo para a rescisão administrativa	1085
5	Efeitos da rescisão administrativa	1088
6	Hipóteses de rescisão judicial	1089
6.1	Supressão unilateral acima do limite legal	1089
6.2	Suspensão da execução por prazo superior a 120 dias	1090
6.3	Exceção do contrato não cumprido	1091
6.4	Não liberação pela Administração de condições a cargo dela para a execução do contrato	1092
7	Efeitos da rescisão judicial	1093

JURISPRUDÊNCIA

1	Rescisão em razão do descumprimento do contrato	1095
2	Rescisão em razão de paralisação da obra	1097
3	Rescisão em razão do atraso no cronograma	1098
4	Rescisão em razão de subcontratação ou cessão	1099
5	Rescisão em decorrência de fusão, cisão ou incorporação	1101
6	Rescisão em razão de interesse público	1102
7	Rescisão em razão da suspensão da execução do contrato por ordem da Administração	1104
8	Rescisão provocada pelo inadimplemento da Administração	1104
9	Rescisão decorrente da não liberação de área ou de licenças ambientais	1106
10	Indenização devida ao contratado	1106

CAPÍTULO 18

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS EM LICITAÇÃO PÚBLICA E CONTRATO

ADMINISTRATIVO.....1109

DOCTRINA

1	Considerações gerais.....	1109
2	Princípio da atipicidade.....	1110
3	A sistemática de sanção administrativa da Lei nº 8.666/93.....	1116
3.1	Advertência.....	1116
3.2	Multa.....	1117
3.2.1	Multa moratória e compensatória.....	1117
3.2.2	Limites e parâmetros para a fixação das multas.....	1118
3.2.3	Execução das multas.....	1120
3.2.4	Parcelamento dos valores devidos a título de multa.....	1120
3.3	Suspensão temporária e declaração de inidoneidade.....	1121
3.3.1	A distinção entre as expressões <i>Administração</i> e <i>Administração Pública</i> e as repercussões em relação à distinção entre as penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.....	1121
3.3.2	A extensão das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade.....	1124
3.3.4	A limitação dos efeitos da declaração de inidoneidade ao âmbito do ente federativo e do Poder responsável pela sua aplicação.....	1124
4	A sistemática de sanção administrativa do pregão.....	1126
4.1	A não aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 em relação às sanções administrativas decorrentes de licitações promovidas por meio da modalidade pregão e dos contratos decorrentes.....	1126
4.2	Os limites de incidência das sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02 ...	1128
4.3	A desproporcionalidade da incidência da penalidade prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/02 em relação aos licitantes que deixaram de apresentar documento por mero equívoco.....	1129
5	Devido processo legal.....	1130
5.1	Processo administrativo, contraditório e ampla defesa.....	1130
5.2	Princípio da proporcionalidade.....	1133
5.3	Desconsideração da personalidade jurídica.....	1139
5.4	Efeitos das penalidades sobre contratos firmados anteriormente.....	1141
5.5	O dever de aplicar as sanções administrativas.....	1143

JURISPRUDÊNCIA

1	Atipicidade.....	1144
2	Limites às multas.....	1145
3	Multa moratória e compensatória.....	1147
4	Imposição de multa à Administração Pública.....	1147
5	Extensão dos efeitos das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade.....	1148
6	Efeitos da suspensão temporária e da declaração de inidoneidade em relação a contratos já firmados.....	1150
7	Sanção administrativa na modalidade pregão.....	1152
8	Desconsideração da personalidade jurídica do contratado.....	1153
9	Princípio da proporcionalidade na aplicação de sanções administrativas.....	1156
10	Processo administrativo para aplicação de sanção administrativa.....	1159
11	Discricionariedade para a aplicação de sanção administrativa.....	1160

REFERÊNCIAS.....1163

ÍNDICE DE ASSUNTO.....1169

ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO.....1177